

MODELO ESCOLA REFERÊNCIA ANTIRRACISTA



GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR

Eduardo Leite

VICE-GOVERNADOR

Gabriel Souza

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Raquel Teixeira

SECRETÁRIA-ADJUNTA

Stefanie Eskereski

SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Concepção do projeto

Naomy de Oliveira Ramos

Concepção dos Princípios e Premissas

Berenice Costa Fonseca Borges

Fernanda Cardoso

Járdelia Sá

Julieth Melo Aquino de Souza

Priscila Nunes Pereira

Sherol dos Santos

Thais Barcellos

Coordenação Geral

Luana Rodrigues dos Santos

Marcelo Jeronimo Rodrigues Araujo

Naomy de Oliveira Ramos

Equipe de Concepção do Modelo Pedagógico e De Gestão

Luana Rodrigues dos Santos

Naomy de Oliveira Ramos

Julieth Melo Aquino de Souza

Parceiros e Colaboradores que Apoiaram o Processo de Construção

Mahin Consultoria Antirracista

Itaú Social

Imaginable Futures

Instituto longo

PRODUÇÃO GRÁFICA

ASCOM SEDUC RS

Coordenação: Bianca Garrido

Projeto Gráfico e Diagramação: Karoline Bieger



GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SUMÁRIO

1. COMPROMISSO COM A EQUIDADE EDUCACIONAL	05
2. VISÃO E MISSÃO	07
3. NOSSOS OBJETIVOS	08
4. ESCOLA REFERÊNCIA ANTIRRACISTA: PRINCÍPIOS E PREMISSAS	09
5. PARA COMEÇO DE CONVERSA	16
6. DA PROPOSTA À PRÁTICA: CONSTRUINDO UMA ESCOLA REFERÊNCIA ANTIRRACISTA	31
7. PROJETO DE VIDA, ORIENTADO PELA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER)	33
8. MODELO PEDAGÓGICO PARA ESCOLAS DA REDE SEDUC-RS	35
9. DUAS ABORDAGENS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	36
10. ABORDAGEM TRANSVERSAL DA ERER NO ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL EM TEMPO PARCIAL	38
11. ABORDAGEM IMERSIVA DA ERER NO ENSINO MÉDIO TEMPO INTEGRAL	39
12. MODELO PEDAGÓGICO: INSPIRAÇÕES PEDAGÓGICAS E O COTIDIANO DA PRÁTICA EDUCATIVA	41
13. MODELO DE GESTÃO ESCOLAR COLABORATIVA UBUNTU PARA O BEM VIVER	44
14. REFERÊNCIAS	54

“ *A educação antirracista é um compromisso ético e político que implica em repensar currículos, práticas pedagógicas e relações sociais, de modo a promover a igualdade, a justiça e o respeito à dignidade de todos, independentemente de sua origem étnico-racial.*”

Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva

“ *Educação antirracista é aquela que, ao invés de apenas reforçar a norma e a maioria, reconhece e inclui as diferenças, promovendo o respeito à diversidade e combatendo as estruturas de opressão racial.*”

Sueli Carneiro

COMPROMISSO COM A EQUIDADE EDUCACIONAL



1

Nosso maior sonho é garantir às crianças, jovens e adultos o acesso, a permanência e o êxito escolar, com foco na melhoria dos índices educacionais e socioeconômicos e na redução das desigualdades raciais no Estado. Este compromisso reflete nossa aspiração de criar um ambiente educacional acolhedor, inclusivo e inspirador, onde cada estudante se sinta pertencente, valorizado em sua singularidade e diversidade, preparado para alcançar seu pleno potencial e realizar seus sonhos e projetos de vida. Assim, contribuímos para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e feliz.

Com esse propósito, estamos trilhando o caminho para a criação de uma Escola Referência Antirracista — um marco importante na trajetória educacional do Rio Grande do Sul. Este projeto representa um compromisso renovado com a promoção das relações étnico-raciais na educação, consolidando-se como um desdobramento das ações delineadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Ao avançarmos com essa agenda, não buscamos apenas atender às Diretrizes, mas ir além, criando um modelo inovador de escola e gestão educacional, fundamentado na perspectiva antirracista.

Abraçar esse desafio requer, primeiramente, o reconhecimento de que as desigualdades étnico-raciais são um fenômeno estrutural e estruturante de nossa sociedade atual, perpetuando disparidades nas oportunidades de aprendizagem entre estudantes de diferentes origens e contextos socioculturais nas escolas públicas. A partir desse entendimento, é essencial investir em práticas pedagógicas que promovam o protagonismo juvenil, fortalecendo a consciência política e histórica sobre diversidade, identidades e direitos, além de ações educativas que combatam o racismo e outras formas de discriminação.

O Modelo Pedagógico e de Gestão da Escola de Referência Antirracista transformará a visão e missão da escola em ações cotidianas efetivas, por meio de uma Proposta Pedagógica que visa garantir uma aprendizagem de qualidade ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento integral dos estudantes, tornando-os capazes de tomar decisões informadas e assumir a responsabilidade por suas ações e projetos de vidas.

Almejamos alcançar esses resultados por meio de parcerias estratégicas com agentes comprometidos, que atuarão em consonância com os princípios, premissas e eixos educacionais destacados neste documento. Nesse cenário, a Escola de Referência embarcará nessa jornada transformadora.

2

VISÃO E MISSÃO



VISÃO

Ser reconhecido como um projeto de referência no desenvolvimento de escolas que fomentam práticas pedagógicas antirracistas, que promovam a equidade, o respeito, a diversidade étnico-racial e a justiça social. Queremos formar cidadãos conscientes, críticos e preparados para transformar suas realidades, contribuindo para uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

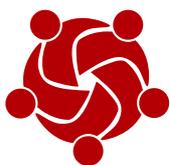


MISSÃO

Contribuir para uma educação pública de qualidade, com altas expectativas de aprendizagem, que valorize e celebre a diversidade étnico-racial e cultural, por meio de práticas pedagógicas inclusivas e interseccionais. A Escola Referência Antirracista assume o compromisso de combater todas as formas de discriminação, incentivar o protagonismo estudantil e criar um ambiente acolhedor e democrático, que fortaleça a identidade e os direitos de cada estudante, promovendo seu sucesso acadêmico e desenvolvimento integral.

3

NOSSOS OBJETIVOS



Promover, no ambiente escolar, a busca por equidade racial e a redução das disparidades étnico-raciais por meio de abordagens pedagógicas que valorizem a pluralidade étnico-racial, incentivem o alto desempenho acadêmico e combatam todas as formas de discriminação.



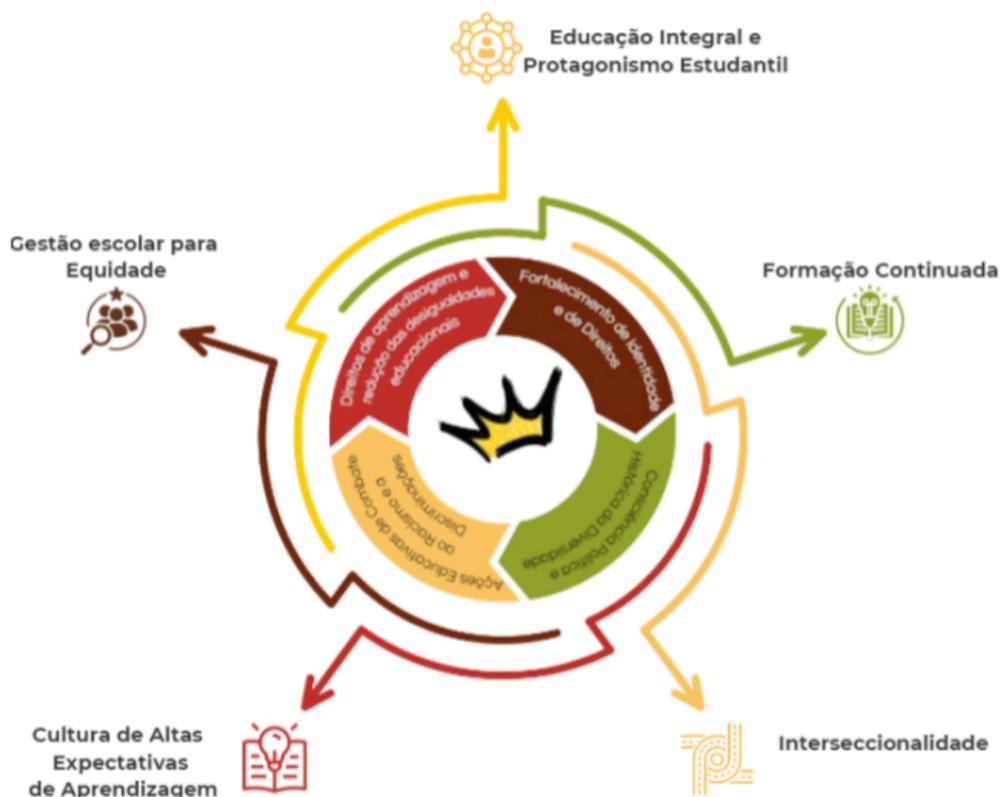
Fortalecer o protagonismo estudantil, oferecendo uma educação integral que fortaleça a consciência política e histórica, preparando os estudantes para atuarem como agentes de transformação social.

ESCOLA REFERÊNCIA ANTIRRACISTA: PRINCÍPIOS E PREMISSAS¹



4

¹ Um princípio é uma crença fundamental ou proposição ampla que orienta o pensamento e a ação, e uma premissa é uma declaração específica que serve como base para um argumento ou raciocínio particular. Os princípios tendem a ser mais abrangentes e amplos em sua aplicação, enquanto as premissas são mais específicas e contextualizadas em um argumento ou linha de raciocínio. Ambos conceitos são utilizados neste documento para apoiar a definição dos objetivos desse modelo de Escola Referência, pois as premissas fornecem o contexto para estabelecer objetivos realistas e alcançáveis. Ao mesmo tempo, os objetivos guiam a definição e a avaliação das premissas, garantindo que elas estejam alinhadas com o propósito geral (princípios).



PRINCÍPIOS

CONSCIÊNCIA POLÍTICA E HISTÓRICA DA DIVERSIDADE

O princípio da consciência política e histórica da diversidade é orientador para uma série de diretrizes fundamentais. Em primeiro lugar, visa estabelecer a igualdade básica de todos os seres humanos como sujeitos de direitos inalienáveis. Além disso, busca promover a compreensão de que a sociedade é composta por uma diversidade de grupos étnico-raciais, cada um contribuindo com sua cultura e história próprias para a construção da identidade nacional. Destaca-se também a importância do conhecimento e valorização da história dos povos africanos e cultura afro-brasileira e indígenas, reconhecendo seu papel central na história e cultura do Brasil. Para além disso, propõe-se a superação da indiferença, injustiça e desqualificação enfrentadas por grupos historicamente marginalizados, como negros, povos indígenas e classes populares. Através da desconstrução de conceitos prejudiciais, como a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, almeja-se eliminar preconceitos arraigados e promover uma cultura de respeito mútuo entre diferentes grupos étnicos e sociais. É fundamental também incentivar a busca por informações e subsídios que permitam a formulação de concepções não baseadas em preconceitos, especialmente entre os profissionais da educação, visando construir uma educação mais equitativa, inclusiva e que respeite a diversidade étnico-racial. Por fim, reconhece-se o diálogo como via essencial para o entendimento mútuo e a busca de objetivos comuns, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

FORTALECIMENTO DE IDENTIDADE E DE DIREITOS

O princípio do fortalecimento de identidades e de direitos tem como objetivo principal guiar ações que promovam a valorização e afirmação das identidades históricas, frequentemente negadas ou distorcidas. Isso implica romper com as imagens negativas disseminadas na sociedade, especialmente aquelas que prejudicam os negros e os povos indígenas. Além disso, é necessário desfazer equívocos relacionados à ideia de uma identidade humana universal, reconhecendo e respeitando a diversidade de experiências e trajetórias. O combate à privação e violação de direitos é uma prioridade, buscando garantir que todos tenham acesso pleno aos seus direitos fundamentais. É essencial ampliar o acesso à informação sobre a diversidade da sociedade brasileira e sobre como as relações étnico-raciais influenciam na construção das identidades. Para isso, é crucial oferecer excelentes condições de formação e instrução em todos os níveis e modalidades de ensino, garantindo que todos tenham acesso igualitário à educação de qualidade.

AÇÕES EDUCATIVAS DE COMBATE AO RACISMO E A DISCRIMINAÇÕES

O princípio das ações educativas de combate ao racismo e às discriminações propõe a integração dos objetivos, estratégias de ensino e atividades educativas com as experiências de vida dos estudantes e professores, valorizando aprendizados relacionados às suas interações com pessoas de diferentes origens étnico-raciais na sociedade. Isso inclui uma crítica constante por parte dos profissionais da educação às representações dos negros e outros grupos minorizados nos materiais didáticos, com providências para corrigi-las quando necessário. Concede-se ênfase à criação de condições para que os profissionais da educação e estudantes possam refletir, decidir e agir de maneira responsável em relação às questões étnico-raciais e às discordâncias e conflitos, e valorizando as diferenças culturais. Ademais, destaca-se a importância de atribuir um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da identidade nacional, reconhecendo os laços culturais e históricos entre eles e promovendo alianças sociais. Por fim, preconiza-se a participação ativa de grupos dos Movimentos Negro, Quilombola e Indígena e da comunidade local na elaboração de projetos político-pedagógicos que abordem de forma significativa a diversidade étnico-racial.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

A educação, direito fundamental universal, tem sido objeto de estudos que revelam disparidades persistentes na aprendizagem entre grupos de estudantes, influenciadas por diversas características individuais e contextuais. Essas diferenças se refletem não apenas na aprendizagem, mas também em indicadores como acesso à educação, níveis de escolaridade e regularidade das trajetórias educacionais. As desigualdades nos resultados

educacionais estão ligadas, entre outros fatores, à distribuição desigual de recursos escolares essenciais e à qualidade dos processos educativos oferecidos aos diferentes grupos. Fatores externos à escola, especialmente socioeconômicos, também contribuem para essas disparidades, exigindo intervenções no ambiente escolar para interromper o ciclo de reprodução das desigualdades. O combate efetivo a essas disparidades requer uma análise aprofundada da distribuição de recursos e da qualidade dos processos educacionais, bem como medidas específicas para atender às necessidades de cada grupo escolar. Ter uma compreensão nítida dessas disparidades e suas origens é fundamental para direcionar políticas educacionais voltadas para a equidade e justiça social, garantindo a todos os estudantes as condições necessárias para alcançar seu potencial educacional e contribuir para uma sociedade mais igualitária. Esses entendimentos orientam a equipe escolar a tomar decisões que possibilitam a identificação de áreas de sucesso e áreas que precisam de melhoria, especialmente em relação à garantia do direito de aprendizagem equitativa e de qualidade aos estudantes. Isso não só beneficia os estudantes individualmente, mas também fortalece a sociedade como um todo, promovendo o crescimento e a prosperidade de comunidades mais justas e inclusivas.

PREMISSAS

EDUCAÇÃO INTEGRAL E PROTAGONISMO ESTUDANTIL

Adotar a educação integral e o protagonismo estudantil como premissas implica em colocar o estudante no centro do processo de ensino e aprendizagem, tornando-o um agente ativo na construção de seu próprio conhecimento e na elaboração de seu projeto de vida e societário. Isso exige considerar as trajetórias estudantis a partir de um foco que não se restringe apenas ao aspecto acadêmico, mas também busca promover a integralidade do sujeito. Esta integralidade é intencionalmente direcionada para incentivar o protagonismo estudantil, criando espaços onde os estudantes possam expressar suas vozes, serem ouvidos, aprender a escutar e liderar processos, fortalecendo assim suas identidades individuais. Esse envolvimento ativo do estudante tem um impacto substancial não apenas nos resultados de aprendizagem, mas também em seu desenvolvimento pessoal, formando cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial. Cultiva-se, assim, uma autoconfiança fundamentada na autonomia, na autoestima, no comprometimento, além de outras competências socioemocionais.

Esses aspectos possibilitam ao estudante participar de maneira ativa e autoral em decisões e ações em diversos espaços dialógicos e de negociações, enfrentando de forma mais confiante os desafios da sociedade contemporânea. Incentivar a liderança e o protagonismo de estudantes negros e indígenas é fundamental. Esses grupos enfrentam desafios específicos, como racismo e preconceito, tanto na escola quanto fora dela. Sua participação ativa é um passo essencial para construir uma cultura escolar mais inclusiva e equitativa.

O protagonismo ajuda a evidenciar referências negras e indígenas positivas e a desmistificar estereótipos sociais. Para estimular esse protagonismo, é essencial promover práticas pedagógicas baseadas em metodologias ativas, que despertem interesse e entusiasmo coletivo, e encorajem os estudantes a serem criativos, a pensarem criticamente e a se engajarem em ações que promovam a justiça social e ambiental.

FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada, enquanto premissa, considera o desenvolvimento dos profissionais da educação como um componente fundamental para efetivar a perspectiva da educação antirracista em todas as dimensões do atendimento educacional. O desenvolvimento pessoal e profissional deve ser integral, por meio do autoconhecimento e cuidado consigo mesmo, da aquisição de conhecimentos significativos e diversificados, baseados nos direitos humanos, na democracia e na pluralidade de ideias. Os profissionais, na condição de agentes ativos na implementação de políticas públicas, devem ter oportunidades contínuas de ampliar seus conhecimentos, responsabilizando-se em suas áreas de atuação para a efetivação de uma educação antirracista. As desigualdades raciais no campo educacional exigem dos profissionais da educação uma postura ativa e sistemática na valorização da diversidade étnico-cultural e no combate ao racismo. Por isso, o desenvolvimento desses profissionais para lidar positivamente com as relações étnico-raciais por meio de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade deve ser permanente, favorecendo a formação de uma nova cultura profissional sensível às diferenças e diversidades sociais e comprometida com a justiça social.

INTERSECCIONALIDADES²

Ter a interseccionalidade como premissa é considerar que as identidades sociais e experiências das pessoas não podem ser vistas de forma isolada. Dimensões identitárias como raça, etnia, gênero, orientação sexual, status de cidadania, nacionalidade, faixa etária e outras identidades se influenciam e se moldam mutuamente, resultando em uma variedade de fenômenos e desafios sociais. Assim, as pessoas vivenciam experiências sociais únicas, que podem incluir tanto desvantagens quanto privilégios, dependendo das relações entre suas identidades e as estruturas sociais. Geralmente, essas relações passam despercebidas, embora afetem o convívio social e as aprendizagens dos estudantes, resultando em índices educacionais baixos a certos grupos de pessoas. Diante disso, a visão da interseccionalidade permite

² Diversas autoras como Angela Davis, Lélia González, Sueli Carneiro, Kimberlé Crenshaw entre outras, têm operacionalizado suas análises sociais a partir desta ferramenta. O conceito foi cunhado e desenvolvido pela norte-americana, advogada e professora de direito Kimberlé Crenshaw em 1989, que compreende que a interseccionalidade “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 2002, p.177).

investigar e analisar criticamente as estruturas sociais e educacionais, reconhecendo as nuances das dinâmicas sociais dentro e fora da escola. Isso favorece a elaboração de políticas públicas educacionais mais sensíveis à diversidade de sujeitos e contribui para respostas mais eficazes às injustiças sociais, além de possibilitar que os estudantes compreendam como estas categorias sociológicas podem ajudar a interpretar suas próprias vivências.

CULTURA DE ALTAS EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM

A cultura de altas expectativas de aprendizagem se refere ao estabelecimento de expectativas elevadas e desafiadoras para o desempenho acadêmico de todos os estudantes, independentemente de seus contextos socioeconômico, cultural ou étnico. Isso requer evitar estereótipos e preconceitos que possam limitar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes negros, indígenas e pertencentes a grupos sociais subalternizados, promovendo uma abordagem equitativa, inclusiva e centrada no sucesso de todos. E implica na disponibilização de oportunidades para esses estudantes participarem de atividades extracurriculares, espaços de liderança estudantil e projetos acadêmicos desafiadores onde tenham contato com modelos de sucesso que se assemelhem a eles em posições de liderança, nas profissões e em outras áreas. No que diz respeito a esses estudantes, é essencial que a sala de aula e toda a escola sejam ambientes inclusivos, onde todos se sintam valorizados, respeitados e apoiados em sua jornada educacional. Na prática, isso significa que os professores e toda a comunidade escolar devem acreditar no potencial de cada estudante e oferecer um ambiente de aprendizagem motivantes, com expectativas nítidas de excelência, apoio individualizado e desafios intelectuais relevantes.

GESTÃO ESCOLAR PARA EQUIDADE

As medidas de responsabilidade do gestor escolar desempenham um papel crucial em uma escola antirracista, visando criar um ambiente inclusivo, equitativo e diversificado, onde todos os estudantes e funcionários se sintam respeitados e valorizados, independentemente de sua raça, etnia ou origem cultural. O diretor deve liderar a definição de uma visão e valores institucionais que promovam a equidade racial e o respeito à diversidade como elementos fundamentais da comunidade escolar, garantindo a congruência das políticas, práticas e procedimentos da escola com os princípios da educação para as relações étnico-raciais. Essa liderança também implica em facilitar diálogos abertos e sinceros sobre questões raciais, fomentando a conscientização e a compreensão mútua entre alunos, professores, funcionários e pais, além de assegurar a relevância cultural dos recursos educacionais utilizados na escola. Ademais, cabe ao diretor proporcionar oportunidades de formação e desenvolvimento profissional sobre equidade racial e cultural para os funcionários da escola.

É responsabilidade de toda a equipe de gestão pedagógica da escola monitorar regularmente o clima escolar e o progresso dos alunos em relação às metas de equidade racial estabelecidas, estabelecendo parcerias com organizações comunitárias e grupos de defesa dos direitos civis para promover uma cultura antirracista tanto na escola quanto na comunidade em geral.

O engajamento e participação da comunidade escolar são essenciais para fomentar uma cultura de altas expectativas de aprendizagem, fundamentada em uma visão de escola acolhedora e participativa, comprometida com os direitos de aprendizagem de todos os seus membros. Isso inclui não apenas alunos e profissionais da educação, mas também familiares, representantes de movimentos sociais e instituições públicas locais. Um clima escolar dinâmico e acolhedor não apenas facilita o acesso e o sucesso dos alunos, especialmente daqueles historicamente marginalizados, como pessoas negras e indígenas, mas também promove o desenvolvimento dos profissionais da educação, reduzindo a rotatividade. Em uma gestão escolar democrática, é crucial cultivar relações positivas e criar espaços para a participação de todos, incentivando o protagonismo estudantil. Além disso, o envolvimento da comunidade é fundamental para identificar e abordar situações de racismo e discriminação, promovendo uma abordagem inclusiva e equitativa que valorize a diversidade e o potencial de cada aluno.

PARA COMEÇO DE CONVERSA

5

POR QUE UMA ESCOLA ANTIRRACISTA FAZ TODA A DIFERENÇA?

Vivemos em uma sociedade onde as desigualdades étnico-raciais ainda impactam profundamente as oportunidades e trajetórias de muitas crianças, jovens e adultos. Muitas vezes, sem que se perceba, a escola reproduz essas desigualdades, reforçando estereótipos e invisibilizando as histórias e contribuições de povos negros e indígenas. No entanto, a escola também pode ser um espaço de transformação, onde cada estudante se reconhece, se sente valorizado e encontra possibilidades concretas para construir seu futuro. Quando há valorização da diversidade sociocultural e diálogo com diferentes saberes, amplia-se a formação integral dos estudantes, criando caminhos para sociedades mais justas e inovadoras.

A Escola Referência Antirracista nasce desse compromisso: ser um espaço que não apenas acolhe a diversidade, mas a fortalece. Mais do que um local de aprendizado, propõe-se a ser um ambiente onde o respeito e a equidade sejam vividos no dia a dia. Como nos lembra a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, a educação nunca é neutra, pois sempre transmite um projeto de sociedade. Se desejamos uma sociedade mais justa e democrática, precisamos garantir que a escola seja um espaço onde diferentes saberes sejam reconhecidos e articulados de forma equitativa.

Assumir uma educação antirracista significa compreender que a valorização das relações étnico-raciais não é um tema restrito a determinados grupos, mas um compromisso coletivo. Uma educação de qualidade e verdadeiramente democrática precisa garantir que a diversidade cultural e histórica do Brasil seja reconhecida, respeitada e celebrada.

Assim, a Escola Referência Antirracista se constrói no cotidiano, onde o acolhimento é uma prática constante, expressa na forma como os professores percebem seus alunos, na qualidade das relações estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem e no suporte oferecido para que cada um alcance seu pleno potencial. Ao valorizar saberes diversos e promover o pertencimento, a escola fortalece vínculos e favorece um aprendizado significativo. O acompanhamento contínuo e o incentivo fazem parte dessa estrutura, assegurando que todos tenham acesso às ferramentas necessárias para desenvolver sua autonomia e autoestima.

Inspirada nas ideias de bell hooks e Petronilha Gonçalves e Silva, a escola propõe uma pedagogia baseada no diálogo e no reconhecimento da diversidade como um elemento essencial para uma educação transformadora. Quando a escola se torna um espaço onde cada aluno é reconhecido como um ser em formação, com grande potencial para a excelência acadêmica e para a construção de seus projetos individuais e coletivos, ela também se torna um lugar de resistência e construção de um futuro mais justo. Os estudantes devem se enxergar refletidos no

conhecimento, nas práticas pedagógicas e no ambiente escolar, consolidando um espaço que os impulse a se tornarem protagonistas de suas histórias.

Nesse sentido, a Escola Referência Antirracista tem o compromisso de formar cidadãos críticos, conscientes de seu papel na sociedade e preparados para atuar na construção de um mundo mais equitativo. Como sugere Petronilha, é preciso perguntar constantemente: **para qual projeto de sociedade estamos educando?**³ Essa resposta deve ser construída todos os dias, por meio de ações concretas que tornem a equidade e a valorização das diferenças pilares fundamentais da prática educativa. Afinal, uma escola que educa para a justiça social faz toda a diferença.

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER) COMO DEVER COLETIVO

A ERER é uma abordagem que convoca todos os cidadãos a assumirem a responsabilidade na construção de uma sociedade racialmente justa, equitativa e democrática, livre do racismo e da discriminação. Isso exige um olhar analítico e reflexivo, com consciência política e histórica sobre as relações étnico-raciais no Brasil.

Nesse sentido, a educação antirracista e a educação das relações étnico-raciais emergem diante da urgência em enfrentar as desigualdades étnico-raciais que permeiam todas as esferas da sociedade, sendo um dos maiores e mais complexos desafios do país. Crianças, jovens e adultos negros, quilombolas e indígenas são os mais afetados pela violação de direitos humanos, situação agravada pela sobreposição de identidades socialmente marginalizadas em dimensões como classe social, gênero, raça, religião, deficiências, neurodiversidades e territórios. Sob a ótica da interseccionalidade, por exemplo, os povos indígenas e quilombolas sofrem com a espoliação de terras; a juventude negra periférica é alvo frequente de abordagens policiais abusivas; a raça influencia na definição de quem será encarcerado; a mortalidade materna entre mulheres negras é o dobro da observada entre mulheres brancas; o Brasil lidera mundialmente o número de mortes de pessoas trans e travestis, majoritariamente negras; e o percentual de pretos e pardos analfabetos é o dobro em relação aos brancos. Esses exemplos evidenciam como a identidade étnico-racial, associada a outros marcadores sociais, pode influenciar o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico, além do projeto de vida dos estudantes.

Essas realidades decorrem de relações socioeconômicas moldadas por um racismo que se estrutura em todas as dimensões da sociedade, refletindo na

³ Trecho baseado na entrevista concedida por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva ao site Porvir, publicada em 18 de novembro de 2022, disponível em: <https://porvir.org/para-alem-do-dia-da-consciencia-negra-qual-projeto-de-educacao-voce-quer/>. Acesso em: 2/1/25

forma como as oportunidades, os privilégios e o poder são distribuídos, consolidando um sistema que limita o acesso à educação de qualidade e à mobilidade social para determinados grupos.

Assim, percebe-se que o racismo possui um caráter sistêmico. Não se trata apenas de manifestações individuais e intencionais, mas de um processo que opera nas relações sociais, subjetividades e instituições. Esse processo se baseia na noção de raça⁴, originada na Europa como ideologia e tecnologia de dominação (Mbembe, 2018⁵), e na racialização de pessoas negras e indígenas como mecanismo de legitimação da diferenciação, negação, dominação e hierarquização, onde o topo é ocupado por pessoas brancas. Estas tornam-se a norma e a referência, e suas produções intelectuais, materiais e culturais estabelecem padrões a serem seguidos em toda a sociedade, exercendo hegemonia cultural e intelectual. Isso leva à construção dos sujeitos brancos como "sujeitos universais" da humanidade, enquanto os não brancos são relegados à condição de "outros", sujeitos à subalternização.

Diante dessa dinâmica, é fundamental compreender tanto a complexidade que envolve o desenvolvimento da identidade negra quanto tornar visível o processo histórico de racialização do sujeito branco no Brasil, ou seja, como as relações sociais foram estruturadas para sistematicamente conferir posições de poder, vantagens sociais e privilégios a pessoas brancas em detrimento de outros grupos sociais⁶, processo que constitui a branquitude.

A branquitude é uma categoria racial que expressa essas relações de poder e está diretamente vinculada aos problemas sociais resultantes do racismo estrutural. Ela molda a percepção das pessoas brancas sobre o mundo, influenciando a produção de discursos e narrativas. Ao longo da história brasileira, buscou-se ocultar realidades e causas sociais relevantes, criando dispositivos como:

- **Ideologia do branqueamento:** dissemina a crença de que pessoas brancas são mais humanas e intelectualmente superiores, alimentando políticas de branqueamento populacional no início do século XX.
- **Democracia racial:** promove a ideia de harmonia entre negros, indígenas e brancos, ignorando disparidades e desigualdades existentes.

⁴ Raça é uma construção social e política produzida nas tensas relações sociais entre pessoas brancas e não brancas, as quais foram produzidas com base nas significações de características fenotípicas. Essa construção não tem base biológica e é utilizada nas relações sociais brasileiras para informar como determinadas características físicas, como cor de pele e tipo de cabelo, influenciam nas relações sociais. Assim, é uma categoria histórica sujeita a mudanças.

⁵ MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: Editora n-1, 2018.

⁶ "Branquitude" é um conceito inserido na teoria crítica de raça que descreve as relações e estruturas responsáveis por promover a supremacia branca e os privilégios associados à branquitude, originados a partir da expansão colonial

→ **Cegueira de cor**⁷: evita e silencia questões raciais e o papel do fator racial como gerador de desigualdades sociais, econômicas e educacionais nas instituições e políticas.

Sobre este último aspecto, Kabengele Munanga afirma: “A cegueira para cor é uma estratégia falha para se lidar com a opressão racista, pois não permite a autodefinição dos oprimidos e institui os valores do grupo dominante, ignorando a realidade da discriminação cotidiana.”⁸

O silêncio sobre o racismo impede a percepção de como ele se perpetua nas estruturas e relações sociais, permitindo a reprodução de desigualdades e sustentando a pretensa superioridade branca. Esses aspectos afetam tanto pessoas negras e indígenas quanto toda a sociedade brasileira, já que não há democracia política baseada em direitos e cidadania sem o combate rigoroso ao racismo e a valorização das diversas identidades brasileiras.

Assim, é imprescindível que o pensamento crítico sobre questões raciais, diversidade e combate ao racismo esteja presente no desenvolvimento da educação escolar. A escola pode tanto reproduzir o racismo e a discriminação quanto servir como espaço privilegiado para a emancipação dos sujeitos e a disseminação de conhecimentos e valores que contribuem para a construção de uma sociedade justa. Como alerta a pesquisadora Eliane Cavalleiro:

“Esta preocupação deve, portanto, estar presente desde a educação da criança pequena, até a educação do futuro profissional das mais distintas áreas de trabalho. Ou nós educadores realizamos esse trabalho ou atuamos a favor da disseminação dos preconceitos. Não há como nos mantermos neutros. É preciso optar, pois lutar contra isso não é tarefa exclusiva da população negra. “A superação do racismo deve ser desejada pelos membros da comunidade como requisito primeiro para a plena recuperação da dignidade da condição humana”. (BERND, 1994, apud CAVALLEIRO, 2001, p. 151, grifo original)

Nesse contexto, é importante lembrar que a educação escolar é um direito social “arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil” (Gomes, 2017). Povos negros e indígenas lutaram intensamente pelo reconhecimento de uma educação que valorizasse suas diversidades e diferenças. Contudo, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito.

Cavalleiro destaca a necessidade do engajamento de todos os profissionais da educação em práticas antirracistas no cotidiano escolar. Segundo ela, o

⁷ BONILLA-SILVA, E. Racismo sem Racista. Ed. Perspectiva.

⁸ MUNANGA, Kabengele. O mundo e a diversidade: questões em debate. Estudos Avançados 36 (105), 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7dxnhTYxMskypKpS6FcW98L/?format=pdf>

racismo é perceptível não apenas nas interações interpessoais, mas também na estrutura pedagógica, abrangendo currículo, materiais didáticos e práticas educativas. Isso cria desafios para pessoas negras e indígenas na construção de uma identidade positiva, levando à subestimação de suas potencialidades e a um sentimento de inadequação em relação ao sistema escolar. Por outro lado, pessoas brancas podem reforçar um sentimento de superioridade. Essa análise evidencia a urgência de transformar a educação em uma ferramenta eficaz para promover a equidade e desconstruir padrões discriminatórios.

No cenário educacional brasileiro, para eliminar os efeitos do racismo no percurso escolar dos estudantes e na sociedade, foram estabelecidas normativas específicas e políticas públicas de reparação social, valorização e reconhecimento das identidades, culturas e histórias de negros e indígenas. Destacam-se como marcos históricos a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, incluindo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Posteriormente, educadores e sistemas de ensino receberam orientações do Conselho Nacional de Educação, como:

→ *As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004); e as*

→ *Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008 (Parecer CNE/CEB nº 14/2015).*

Esses documentos fornecem parâmetros para o desenvolvimento de ações e políticas públicas no âmbito da Educação das Relações Étnicorraciais (ERER), a título de fundamentar a ERER, convém retomar os três princípios apresentados no Parecer CNE/CP nº 003/2004:

CONSCIÊNCIA POLÍTICA E HISTÓRICA DA DIVERSIDADE

Princípio que conduz para a compreensão de que a sociedade brasileira é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, com culturas e histórias próprias; o reconhecimento à igualdade básica de todos os seres humanos, independentemente de sua etnia ou raça; e para a desmitificação da ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, que contribuem para a perpetuação do racismo e da discriminação.

FORTALECIMENTO DE IDENTIDADES E DE DIREITOS

Princípio que orienta para o fortalecimento das identidades dos grupos étnico-raciais minoritários; o rompimento de imagens negativas contra negros e povos indígenas; o esclarecimento de equívocos quanto a uma

identidade humana universal; a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades; e para as excelentes condições de formação e de instrução que precisam ser oferecidas.

AÇÕES EDUCATIVAS DE COMBATE AO RACISMO E À DISCRIMINAÇÃO

Princípio que encaminha para a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores; a das representações dos negros e de outras minorias em materiais pedagógicos; a valorização da oralidade, da corporeidade e da arte; a responsabilidade por relações étnico-raciais positivas; a educação patrimonial; ao sentido construtivo e participação dos diferentes grupos sociais; e para a participação de grupos culturais e Movimentos Negros, bem como da comunidade nos projetos político-pedagógicos.

Além disso, a educação antirracista deve estar alinhada com as **Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação em Direitos Humanos** (Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012). Nesta orientação, a escola assume um papel importante tanto na garantia dos Direitos Humanos – como o direito à educação de qualidade - quanto na sua potencialidade de implementar processos educacionais que promovam a cultura dos direitos humanos, com base numa formação ética, crítica e política.

Sendo a formação ética, referente:

“[...] à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas (...) A formação crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos. A formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos.” (BRASIL, 2011)⁹

No estado do Rio Grande do Sul, há também publicações que vão no sentido de regulamentar, fundamentar e promover uma educação antirracista sólida e sistemática, como o Plano Estadual de Educação – PEE (Lei nº 14.705/2015) - que, na Meta 7, a qual dispõe sobre o fomento à qualidade da educação básica, apresenta nas estratégias o item 7.20:

⁹ BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Texto orientador para a elaboração das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8830-texto-subsídios-diretrizes-edh-pdf&Itemid=30192

“garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil”. (RIO GRANDE DO SUL, 2015)¹⁰

Em 2017, é louvável a publicação do Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, o qual é base dos avanços na esfera estadual. O Plano possibilita que as ações e programas de promoção da diversidade e de combate à desigualdade racial na educação se transformem em políticas públicas de Estado, oferecendo, por meio de seus seis Eixos Estratégicos, fundamentos e diretrizes para a implementação da Escola Referência Antirracista, conforme destacado a seguir:

FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

Assegurar a incorporação das determinações do Plano às normativas já existentes.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO PARA GESTORES E PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

A formação para promover a diversidade e a inclusão deve ser centrada na abordagem ERER, permanente, qualificada e obrigatória.

POLÍTICA DE MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

Qualificar os materiais de apoio didático e bibliotecas para que os educadores possam ter subsídios pedagógicos.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Fortalecer processos e instâncias de controle social em articulação com indivíduos, comunidades e movimentos negros e indígenas, garantindo a efetiva participação e protagonismo de pessoas desses grupos sociais.

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Construir indicadores que permitam o monitoramento da implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS À EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Criar mecanismos institucionais e rubricas orçamentárias específicas.

¹⁰ RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.705/2015. Plano Estadual de Educação – PEE

Dessa forma, o documento determina a inclusão da EREER nas redes estadual, municipal e privada e assevera:

“O trabalho com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e dos povos indígenas nas escolas é estabelecido por lei e não se limita a esforços individuais de alguns professores. Nesse sentido, as direções pedagógicas das Secretarias Estadual e Municipais de Educação e as coordenações pedagógicas das escolas públicas e particulares têm o dever de manter o diálogo permanente com as organizações do movimento negro e dos povos indígenas na construção de seus currículos.” (RIO GRANDE DO SUL, 2017)¹¹

Este trecho do Plano demonstra a importância do fortalecimento dos marcos legais, dos diálogos com o movimento negro e dos povos indígenas e do caráter sistemático e de corresponsabilidade de uma educação voltada para equidade.

Todo esse arcabouço normativo, que partiu de resultados de um longo processo histórico de tensões, lutas, resistências e reivindicações dos movimentos sociais negros e indígenas, estabelece orientações para a construção e consolidação de abordagens antirracistas nas redes de ensino. Observa-se, assim, o papel educador que os movimentos negros e indígenas possuem na (re)educação da sociedade brasileira para as diversidades de existências, de epistemologias, de pedagogias, de pretagogias e de histórias. Como nos lembra a especialista Dra. Nilma Lino Gomes:

“[...] se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as tensões, desafios e os limites –, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido”. (GOMES, 2017)¹²

O documento que determina a inclusão da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nas redes estadual, municipal e privada enfatiza a importância de abordar as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas de forma sistemática e obrigatória, conforme estabelece a legislação. A abordagem dessas temáticas nas escolas não deve se restringir a esforços individuais de alguns professores, mas sim ser uma prática institucionalizada e articulada pelas direções pedagógicas das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como pelas coordenações das escolas públicas e particulares. Essas instâncias têm o dever de manter um diálogo permanente com

¹¹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Plano estadual de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e das culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas/ [coordenação] Adriana Conceição Santos dos Santos, Lúcia Regina Brito Pereira, Rodrigo Allegretti Venzon. – Porto Alegre, 2017.

¹² GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Vozes. 2017.

organizações do movimento negro e dos povos indígenas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas na construção dos currículos escolares (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

Esse trecho do Plano evidencia a relevância do fortalecimento dos marcos legais e dos diálogos constantes com os movimentos negros e indígenas, destacando a corresponsabilidade que todos têm na promoção de uma educação voltada para a equidade. O arcabouço normativo atual é fruto de um longo processo histórico de tensões, lutas, resistências e reivindicações desses movimentos sociais, que ao longo dos anos buscaram não apenas o reconhecimento de suas histórias, mas também a implementação de práticas pedagógicas que refletem a diversidade cultural e étnica do Brasil.

Dessa maneira, os movimentos negros e indígenas desempenham um papel educador crucial na (re)educação da sociedade brasileira, trazendo novas epistemologias, pedagogias e formas de pensar, desafiando a perspectiva dominante e contribuindo para a consolidação de abordagens antirracistas nas redes de ensino. Como lembra a especialista Dra. Nilma Lino Gomes, grande parte do conhecimento atual sobre questões raciais e africanas no Brasil só foi possível graças à luta persistente do Movimento Negro, que mesmo diante de tensões e desafios, trouxe à tona discussões essenciais para a construção de um país mais consciente e plural (GOMES, 2017).

Para enfrentar de forma eficaz as desigualdades raciais no contexto educacional, é crucial adotar uma educação transformadora, baseada em leis e diretrizes que priorizem a qualidade das relações interpessoais e mobilizem todas as suas dimensões para combater o racismo em suas múltiplas manifestações. A EREER, nesse contexto, surge como uma proposta para criar ambientes educacionais que valorizem as diferenças e a diversidade cultural, integrando valores, saberes e visões de mundo de diferentes povos e grupos. Assim, possibilita a formação de laços mais justos, inclusivos, acolhedores e criativos entre indivíduos e coletividades.

A ERER E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA ESCOLA REFERÊNCIA ANTIRRACISTA

Aspecto	Educação Antirracista	Educação das Relações Étnico-Raciais
Objetivo Principal	Combater o racismo estrutural e promover equidade.	Valorizar e reconhecer a diversidade étnico-racial e promover respeito.
Foco	Desconstrução de preconceitos e estruturas de poder.	Reconhecimento, fortalecimento e valorização das culturas e identidades.
Estratégias e metodologias	Educação crítica, empatia, monitoramento de dados, engajamento comunitário e formação de educadores e profissionais da escola.	Inclusão de conteúdos acerca da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, projetos interdisciplinares e núcleos de estudos.
Resultados Esperados	Ambiente inclusivo e redução das desigualdades educacionais	Maior valorização e reconhecimento sociocultural e convivência respeitosa e inclusiva.
Eixo principal de mobilização	Gestão Pedagógica e Comunidade Escolar; Educação Baseada em Evidências	Currículo; Formação Continuada

No âmbito da Escola Referência Antirracista, é importante trabalharmos tanto a abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) quanto a perspectiva da educação antirracista, que se complementam de forma interseccional. Embora ambas abordagens estejam interligadas, é possível identificar uma distinção de foco entre elas.

A ERER é uma política pública consolidada pela LDB/1996, alterada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que exigem a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Seu foco, na prática pedagógica, é promover o respeito às diferenças étnico-raciais, valorizando as contribuições culturais, sociais e históricas dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. Isso implica a revisão de materiais didáticos, a formação de professores e a construção de uma educação que valorize as identidades, epistemologias e conhecimentos de grupos historicamente marginalizados. Ao ampliar o repertório cultural e histórico dos estudantes, a ERER dá visibilidade a narrativas e saberes que, muitas vezes, foram excluídos da história oficial, transformando as interações no ambiente escolar. Essa abordagem promove atitudes, valores e comportamentos que respeitam e valorizam a pluralidade de modos de vida, de fazeres e de conhecimentos.

Além disso, a EREER está em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais específicas, que determinam a inclusão sistemática e contínua da diversidade nos currículos escolares. Sendo assim, trata-se de uma exigência legal que se aplica a todas as instituições de ensino, públicas ou privadas, assegurando que a diversidade e a igualdade racial sejam tratadas como pilares fundamentais na formação educacional.

A educação antirracista, por sua vez, vai além do cumprimento formal da EREER, buscando enfrentar o racismo de forma ativa, tanto em suas manifestações estruturais quanto interpessoais. O objetivo é desconstruir práticas, discursos e estruturas que perpetuam as desigualdades raciais. Para isso, é necessário um envolvimento direto da gestão escolar, dos professores e de toda a comunidade educativa. Enquanto a EREER estabelece um marco legal para a inclusão pedagógica dos temas étnico-raciais, a educação antirracista exige ações concretas e transformadoras por parte dos educadores.

O papel do professor, nesse contexto, é direcionado para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que, integrando continuamente outras epistemologias, tecnologias e narrativas, garante uma abordagem pedagógica abrangente, rica em perspectivas e diversa.

Enquanto a EREER se concentra no cumprimento das diretrizes pedagógicas para a incorporação da diversidade, a educação antirracista exige um compromisso ético mais incisivo por parte dos educadores. Estes devem atuar como agentes de mudança, promovendo a desconstrução de hierarquias opressivas e fomentando transformações sociais concretas.

Na Escola Referência Antirracista, a educação antirracista complementa a EREER, tornando-se um compromisso central para a gestão escolar e toda a comunidade. Não basta apenas discutir o racismo e celebrar a diversidade; é imperativo que práticas pedagógicas, de gestão e de convivência sejam efetivamente implementadas para eliminar preconceitos e desigualdades, com atenção especial às trajetórias de pessoas negras e indígenas, bem como às demandas da comunidade escolar.

Em síntese, essas duas abordagens, embora com ênfases distintas, convergem para um mesmo objetivo: criar um ambiente educacional que não apenas reconheça e respeite as diferenças, mas que atue de maneira incisiva no combate às estruturas que reproduzem desigualdades raciais e educacionais.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) E O REGIMENTO ESCOLAR

Para que a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e a educação antirracista sejam incorporadas de maneira efetiva ao cotidiano escolar, é essencial que os princípios e valores da proposta estejam refletidos na estrutura institucional das escolas, conforme a realidade da comunidade escolar. Apenas incluir conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos, embora necessário e obrigatório, não é suficiente para transformar o ambiente educacional. É preciso que a escola funcione sob diretrizes claras e coerentes, garantindo que a equidade racial, a valorização das identidades e o combate ao racismo sejam pilares estruturantes da prática pedagógica e da gestão escolar.

Nesse sentido, esta proposta orienta a construção de uma Escola Referência Antirracista, comprometida com uma prática educativa intencional, crítica e transformadora. Essa intencionalidade deve ser materializada no Projeto Político-Pedagógico (PPP), que servirá como um instrumento fundamental para dar forma à identidade da escola, assegurando que a valorização da diversidade e a construção de um ambiente antirracista sejam vivenciadas diariamente, permeando todas as dimensões da educação.

FOCO NA EQUIDADE, INCLUSÃO E EXCELÊNCIA ACADÊMICA

Para que uma escola se consolide como referência antirracista, é necessário que equidade, inclusão e excelência acadêmica caminhem juntas. O compromisso com o desenvolvimento dos estudantes não se limita a oferecer acesso à educação, mas a garantir que cada um deles encontre um espaço escolar que impulse seu potencial e fortaleça sua identidade.

O currículo deve ser construído em diálogo com conhecimentos, saberes e tradições indígenas, afro-brasileiras e africanas, reconhecendo e valorizando suas contribuições históricas e epistemológicas. A aprendizagem significativa acontece quando os conteúdos escolares dialogam com a realidade dos estudantes, promovendo autonomia intelectual e protagonismo.

GESTÃO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

A construção de uma Escola Referência Antirracista requer uma gestão escolar comprometida com a inclusão e a participação comunitária. Mais do que um espaço de ensino, a escola deve atuar como um núcleo de transformação social, onde a gestão escolar assegura que as práticas pedagógicas sejam sustentadas pelo compromisso com a equidade e pela valorização da diversidade cultural.

Esse modelo de gestão se alinha aos princípios da Gestão Democrática, previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e enfatiza a

integração ativa da comunidade escolar na formulação e implementação das ações pedagógicas. Conselhos escolares, fóruns de participação e parcerias com movimentos sociais negros, quilombolas e indígenas devem ser estratégias fundamentais para fortalecer o compromisso com a educação antirracista e ampliar as perspectivas educativas da escola.

CONSTRUÇÃO COLETIVA E IDENTIDADE ESCOLAR

A implementação de uma Escola Referência Antirracista precisa ser um processo coletivo e contínuo, que envolva professores, estudantes, famílias e movimentos sociais. A escola deve se estruturar como um espaço de acolhimento, diálogo e transformação, garantindo que todos os agentes educacionais se sintam corresponsáveis pela construção de uma cultura escolar antirracista.

Mais do que diversificar o currículo, é necessário ressignificar a experiência escolar, tornando-a um ambiente de pertencimento, valorização e reconhecimento. O PPP, nesse sentido, deve ser concebido como um documento vivo, em constante construção, fortalecido pela participação ativa da comunidade escolar.

Ao estabelecer diretrizes claras e efetivas, a Escola Referência Antirracista se consolida como um modelo educativo que não apenas combate as desigualdades raciais, mas cria um ambiente propício para o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

Assim como o tambor marca o ritmo e une a comunidade, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar definem a direção da escola, alinhando as práticas pedagógicas com os projetos de vida dos estudantes e com os princípios de equidade, promovendo harmonia e coesão no ambiente escolar.

O Tambor Amarelo, referência a Oxum, erguido em 2010 na Praça Brigadeiro Sampaio, simboliza a cultura negra e a matriz africana em Porto Alegre-RS. Concebido por artistas e griôs, tornou-se um marco de representatividade e uma denúncia da ausência de monumentos que celebrem essa herança.



PERFIL DE ESTUDANTES QUE QUEREMOS FORMAR

Comprometidos com a excelência acadêmica: Estudantes que buscam constantemente aprimorar seus conhecimentos e habilidades.

Conscientes de sua identidade étnico-racial: Indivíduos que reconhecem e valorizam suas origens e culturas.

Críticos das injustiças sociais: Jovens que atuam ativamente no combate ao racismo e a todas as formas de discriminação.

Engajados na construção de uma sociedade inclusiva e equitativa: Pessoas comprometidas em promover mudanças positivas em seu entorno.

Autônomos e responsáveis: Estudantes capazes de tomar decisões informadas e assumir a responsabilidade por suas ações.

Protagonistas em suas comunidades e projetos de vida: Líderes que influenciam positivamente o meio em que vivem e perseguem seus objetivos com determinação.

Respeitosos e valorizadores da diversidade cultural e histórica: Indivíduos que apreciam e aprendem com as diferentes culturas e histórias que compõem a sociedade.

COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS NA ESCOLA REFERÊNCIA ANTIRRACISTA

Ao vivenciar a experiência na Escola Referência Antirracista, o estudante estará apto a:

Demonstrar sensibilidade e engajamento com questões sociais: Posicionando-se como parte ativa na solução de problemas e no enfrentamento do racismo e da discriminação.

Adquirir habilidades para a aprendizagem contínua: Desenvolvendo competências em diversas áreas da vida que lhe permitam executar seu projeto de vida e contribuir para uma sociedade mais justa.

Fortalecer a consciência histórica e política: Compreendendo o contexto social em que está inserido e atuando de forma crítica e propositiva.

Exercer cidadania plena: Participando ativamente da comunidade e promovendo valores de equidade, respeito e justiça social.

**DA PROPOSTA
À PRÁTICA:
CONSTRUINDO UMA
ESCOLA REFERÊNCIA
ANTIRRACISTA**

6

A nossa **Escola Referência Antirracista** propõe uma prática educativa intencional e transformadora, que se fortalece no dia a dia da escola a partir dos princípios e premissas declarados. Para nossos objetivos, é essencial que o modelo pedagógico seja construído coletivamente, com a participação ativa de educadores e profissionais da educação. São eles que dão vida à proposta, tornando-a real na rotina escolar.

Esse modelo pedagógico se estrutura na articulação de saberes diversos, na valorização das identidades e na promoção de trajetórias de sucesso para todos os estudantes. O bem-estar dos educadores é parte essencial desse processo. Quando há apoio, diálogo e compartilhamento de experiências, a escola se torna um espaço potente para o desenvolvimento profissional e pessoal de todos os envolvidos. Afinal, educar é um ato de transformação – do outro e de nós mesmos. Como nos ensina o intelectual quilombola Nêgo Bispo: “Quando você compartilha o saber, o saber só cresce.”

Para que essa construção coletiva aconteça de maneira consistente, é fundamental um modelo de gestão compatível, que sustente e impulse essa proposta pedagógica. Chamamos essa abordagem de Gestão Escolar Colaborativa Ubuntu para o Bem Viver, pois se baseia na participação ativa da comunidade escolar e na criação de um ambiente de acolhimento e pertencimento. Mais do que administrar a escola, essa gestão precisa garantir processos institucionais sólidos, alinhados com os princípios da justiça social, da equidade racial e da coletividade.

Nesse contexto, o Projeto de Vida EREER integra e fortalece o modelo pedagógico, compondo uma das suas dimensões formativas. Como componente curricular no ensino integral e presente de maneira articulada tanto na escola de tempo parcial quanto integral, ele se conecta à experiência escolar de forma ampla, relacionando as trajetórias individuais dos estudantes às vivências coletivas, às responsabilidades sociais e comunitárias e aos conteúdos curriculares. Ao incorporar a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) de maneira transversal e como componente específico no ensino integral, o Projeto de Vida EREER potencializa a reflexão sobre identidade, pertencimento e perspectivas de futuro e projetos de sociedades.

A seguir, apresentamos:

→ **O Projeto de Vida EREER**

→ **O Modelo Pedagógico da Escola Referência Antirracista**

→ **O Modelo de Gestão Escolar Colaborativa Ubuntu para o Bem Viver**

Essas duas dimensões se complementam e estruturam a escola como um espaço onde a educação transforma realidades e constrói um futuro mais justo e inclusivo.

**PROJETO DE VIDA,
ORIENTADO PELA
EDUCAÇÃO DAS
RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS (ERER)**

7

O Projeto de Vida, fundamentado pela Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), assume um papel central na construção de trajetórias significativas e emancipadoras dos estudantes. Essa orientação promove o fortalecimento das identidades individuais e coletivas, conectando as histórias pessoais dos alunos às vivências da comunidade e aos conteúdos curriculares. Ao integrar as perspectivas da ERER de forma transversal a todos os componentes curriculares, a escola cria um espaço de aprendizagem que valoriza a diversidade, a equidade e a justiça social.

Compreendendo que o processo de construção identitária dos estudantes está intimamente ligado ao reconhecimento e à valorização de suas origens e histórias, o Projeto de Vida transforma-se em um eixo integrador que articula as dimensões pessoais, sociais e acadêmicas. Inspirado nos ideais de Kabengele Munanga, que destaca a importância de compreender a complexidade da formação identitária em um país marcado por desigualdades históricas, o projeto incentiva os estudantes a refletirem criticamente sobre suas realidades e a projetarem futuros que dialoguem com suas aspirações e valores.

A transversalidade da ERER no Projeto de Vida amplia a percepção dos estudantes sobre a importância de suas histórias e culturas, e os prepara para enfrentar os desafios contemporâneos com empatia, consciência crítica e capacidade de ação. Nesse processo, o papel da escola é garantir um ambiente acolhedor e estimulante, onde as vozes dos estudantes sejam ouvidas e valorizadas, e onde a construção de suas trajetórias seja um exercício de liberdade e expressão.

Esse compromisso com a formação integral, alinhado aos princípios da justiça social e da equidade, transforma o Projeto de Vida em um instrumento poderoso para fortalecer identidades positivas, ampliar horizontes e promover a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática. A integração da ERER em todas as dimensões escolares reafirma o papel da educação como prática da liberdade, conectando os saberes acadêmicos às vivências concretas dos estudantes e transformando a sala de aula em um espaço de diálogo, acolhimento e transformação.

8

MODELO PEDAGÓGICO PARA ESCOLAS DA REDE SEDUC-RS

O Modelo Pedagógico da Escola Referência Antirracista tem como princípio a construção de um ambiente escolar em que a diversidade étnico-racial seja reconhecida, valorizada e incorporada ao cotidiano pedagógico. Atender à exigência do Artigo 26-A da LDB, que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, significa aqui estruturar-se para garantir que esses conhecimentos sejam parte essencial da formação dos estudantes. O ensino se organiza como um processo dinâmico, no qual saberes historicamente marginalizados ocupam seu devido espaço, promovendo pertencimento, valorização das identidades e ampliação de horizontes.

A escola não se faz apenas de conteúdos mas também das experiências que são compartilhadas, refletidas e que moldam os caminhos de quem aprende e ensina. Inspirado na Pedagogia Engajada de bell hooks e no pensamento de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, esse modelo aposta no diálogo como fio condutor da construção do conhecimento. A sala de aula se torna um espaço de escuta e troca, onde a aprendizagem acontece no encontro entre diferentes trajetórias e saberes. Os estudantes são incentivados a compreender a própria história e a das comunidades que os cercam, conectando o que se aprende àquilo que se vive.

DUAS ABORDAGENS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

9

Para que a equidade racial se manifeste no dia a dia escolar, o modelo pedagógico se organiza em duas abordagens que estruturam o ensino e garantem que os valores e princípios da escola estejam presentes em todas as dimensões do processo educativo.

Abordagem Transversal da EREER – Presente no Ensino Fundamental e no Ensino Médio em Tempo Parcial e Integral, essa abordagem assegura que a equidade racial não seja um tema isolado, mas um eixo que percorre todas as áreas do conhecimento. A transversalidade dos conteúdos permite que os estudantes dialoguem, compreendam a presença e a influência das culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas na formação do Brasil, incorporando esse aprendizado às reflexões sobre o mundo em que vivem.

Abordagem Imersiva da EREER – Implementada no Ensino Médio em Tempo Integral, essa abordagem articula os componentes curriculares de forma integrada, possibilitando um percurso formativo que fortalece a identidade dos estudantes e amplia suas referências culturais. O planejamento coletivo dos docentes permite um olhar atento às especificidades de cada escola e território, criando um ensino mais próximo da realidade dos estudantes. Saberes Docentes e Formação Contínua.

A valorização da construção coletiva e dos saberes docentes é central para a efetivação das propostas. Como destaca Maurice Tardif¹³, o conhecimento do professor é constituído por múltiplas dimensões: a experiência, o domínio curricular, a formação acadêmica e as relações estabelecidas no cotidiano escolar. Esse conjunto de saberes compõe a prática docente e influencia diretamente a qualidade do ensino. Assim, a escola se compromete com um processo de formação continuada estruturada, assegurando suporte pedagógico, espaços de troca e reflexão e estratégias de ensino que consolidem a EREER como um eixo formativo essencial.

Os professores serão incentivados a desenvolver práticas que fortaleçam a autonomia dos estudantes, promovendo metodologias ativas, inovação pedagógica e um ensino crítico e emancipador. A abordagem considera que um professor valorizado e preparado é um agente fundamental na transformação da escola.

¹³ TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2014.

10

ABORDAGEM TRANSVERSAL DA ERER NO ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL EM TEMPO PARCIAL

A abordagem transversal da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) será implementada nas escolas de tempo parcial, garantindo que seus princípios sejam trabalhados em todos os componentes curriculares. Essa abordagem permite que temas como equidade racial, educação ambiental e direitos humanos estejam presentes no cotidiano escolar, promovendo um ensino que valoriza a diversidade e contribui para a formação de cidadãos críticos e socialmente engajados.

No Ensino Fundamental, a transversalidade da ERER atravessa as diferentes áreas do conhecimento, promovendo o contato contínuo dos estudantes com as temáticas étnico-raciais ao longo de toda a sua trajetória escolar. Já no Ensino Médio em tempo parcial, na 1ª. Série, essa abordagem ocorre de maneira mais direcionada, com aprofundamento no componente curricular Projeto Integrador.

O Projeto Integrador constitui um espaço curricular estruturado para o estudo das histórias, saberes e contribuições das populações negras e indígenas do Rio Grande do Sul. Ele possibilita que os estudantes ampliem sua compreensão sobre a diversidade cultural e histórica, relacionando essas perspectivas ao seu percurso formativo. Esse movimento incentiva um olhar mais crítico sobre as estruturas sociais e fortalece o protagonismo dos jovens, preparando-os para atuar na construção de uma sociedade mais justa e plural.

ABORDAGEM IMERSIVA DA EREER NO ENSINO MÉDIO TEMPO INTEGRAL

11

A implementação da Abordagem Imersiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) no Ensino Médio em Tempo Integral marca um avanço significativo na construção de uma escola comprometida com a equidade e a valorização da diversidade. No primeiro ano dessa etapa, a proposta será aplicada como projeto-piloto, estruturando um currículo que promove um olhar atento às realidades socioculturais dos estudantes e ao reconhecimento de saberes historicamente marginalizados.

O modelo se fundamenta na construção coletiva entre os docentes, estabelecendo um planejamento curricular dinâmico, que respeita as especificidades de cada escola e comunidade. As ementas não se apresentam como roteiros rígidos, mas como diretrizes que orientam os professores na criação de percursos pedagógicos próprios, garantindo autonomia, inovação e aprofundamento dos conteúdos a partir da vivência e do contexto local.

A implementação da abordagem imersiva no Ensino Médio Integral estrutura-se a partir da abordagem transversal da ERER em todos os componentes da Formação Geral Básica e da abordagem imersiva nos componentes que integram a Metodologia de Êxito da Matriz Curricular. Essa organização curricular fortalece o protagonismo dos estudantes e promove um aprendizado mais conectado às suas realidades. Os componentes incluem:

- Mentoria
- Estudos Orientados
- Eletiva da Base 1 e Eletiva da Base 2
- Eletiva Pré-Percurso 1 e Eletiva Pré-Percurso 2
- Práticas Experimentais
- Pós-Médio

Cada um desses componentes busca ampliar o repertório dos estudantes e aprofundar a reflexão a partir da perspectiva da educação das relações étnico-raciais. Essa abordagem não se limita a conteúdos pontuais, mas se estabelece como um eixo estruturante, atravessando todas as áreas do conhecimento. Dessa forma, a articulação entre diferentes campos do saber favorece a construção de uma aprendizagem significativa capaz de produzir conhecimentos e perspectivas de vida e sociedade inovadoras e potentes.

**MODELO PEDAGÓGICO:
INSPIRAÇÕES
PEDAGÓGICAS E
O COTIDIANO DA
PRÁTICA EDUCATIVA**

12

O modelo pedagógico da Escola Referência Antirracista compreende o ensino como um processo de transformação, tanto individual quanto coletiva. O espaço escolar se constrói na intersecção entre histórias, experiências e identidades, garantindo que cada estudante se reconheça como parte essencial do percurso educativo. Essa perspectiva se fundamenta nas reflexões de bell hooks e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que concebem a educação como um compromisso com a diversidade, a justiça social e a formação de sujeitos críticos e emancipados.

Para bell hooks, ensinar é um ato de envolvimento genuíno e mútuo, no qual professores e estudantes constroem o conhecimento de maneira compartilhada. Sua concepção de Pedagogia Engajada questiona os modelos tradicionais de ensino e propõe uma experiência educativa baseada na troca, na afetividade e na presença ativa de todos. Segundo hooks, a aprendizagem precisa integrar mente, corpo e espírito para ser significativa, rejeitando abordagens mecânicas e impessoais. Sua visão dialoga diretamente com a práxis freireana, que valoriza o aprendizado como um processo coletivo, pautado na interpretação crítica da realidade e na capacidade de transformá-la.

Petronilha Gonçalves e Silva, por sua vez, enfatiza a necessidade de uma educação que reconheça e fortaleça a diversidade cultural, histórica e social dos povos que compõem a sociedade brasileira. O sistema educacional, ao longo da história, reforçou exclusões e silenciamentos, desvalorizando as produções intelectuais e culturais de negros, indígenas e outros grupos marginalizados. No entanto, esses mesmos grupos constroem estratégias de resistência e ressignificação dentro da escola. Como aponta a autora:

“Não é somente com a inteligência que se tem acesso a conhecimentos, mas com o corpo inteiro – físico, sentimentos, emoções e espiritualidade.” (GONÇALVES E SILVA, 2007, p. 501)

Essa visão amplia o significado do aprendizado, inspirando práticas pedagógicas que respeitam a integralidade dos sujeitos e reconhecem a importância das vivências, das emoções e das múltiplas formas de se relacionar com o mundo.

A Escola Referência Antirracista se estrutura como um espaço dinâmico, onde o conhecimento se constrói pelo diálogo e pelo reconhecimento das trajetórias individuais e coletivas. O estudante assume um papel ativo no processo educativo, exercendo sua capacidade de questionar, interpretar e transformar. Cada experiência, interação e narrativa compõem um ambiente de aprendizagem que se torna mais significativo e conectado às realidades dos sujeitos que dele participam.

O acolhimento se estabelece como um princípio contínuo, atravessando todas as práticas escolares. Mais do que uma postura inicial, trata-se de uma construção diária que assegura a cada estudante um sentimento de pertencimento e reconhecimento. Esse movimento se traduz na superação de

estereótipos, na desconstrução de dinâmicas excludentes e na formação de uma cultura escolar onde diferentes vozes são valorizadas e legitimadas. Esse pertencimento fortalece a autoestima, impulsiona a aprendizagem e amplia as oportunidades de desenvolvimento acadêmico e social.

A Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) ocupa um lugar de destaque na estrutura curricular, articulando-se de maneira transversal a todas as áreas do conhecimento. Não se configura como um tema isolado, mas como um eixo que orienta os conteúdos e permite que os estudantes se reconheçam no que aprendem. Esse princípio fortalece o currículo ao promover reflexões críticas sobre identidade, cultura e sociedade, ampliando as referências epistemológicas e culturais dentro do processo formativo.

O trabalho coletivo e o diálogo são fundamentos centrais desse modelo pedagógico. O conhecimento se constrói na interação entre professores, estudantes e a comunidade escolar, ampliando perspectivas e valorizando diferentes epistemologias. Inspirada nos pensamentos de hooks e Petronilha, a escola propõe a superação de modelos verticais e a criação de um ambiente de aprendizado compartilhado, no qual cada pessoa contribui com sua vivência e sua percepção de mundo.

Essa abordagem reafirma um compromisso inegociável com a educação antirracista, emancipadora e transformadora, onde a diversidade é um valor essencial e um elemento de inovação pedagógica. Ao articular teoria e prática, acolhimento e crítica, tradição e inovação, a Escola Referência Antirracista forma estudantes preparados para enfrentar os desafios do mundo, mas, sobretudo, dispostos a transformá-lo.

**MODELO DE
GESTÃO ESCOLAR
COLABORATIVA
UBUNTU PARA O
BEM VIVER**

13

Escola Referência Antirracista deve adotar um modelo de gestão escolar baseado nos princípios da filosofia Ubuntu e na perspectiva do Bem Viver. Esse modelo busca criar um ambiente educacional que privilegie a valorização da diversidade cultural e étnico-racial, a construção coletiva, o respeito às diferenças e o desenvolvimento humano integral. Trata-se de um modelo de gestão orientado para a equidade, que coloca a inclusão e a justiça social no centro das práticas educacionais.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS: UBUNTU E BEM VIVER

A filosofia Ubuntu, traduzida como "Eu sou porque nós somos", destaca a interdependência, a empatia, o respeito mútuo e a corresponsabilidade, estruturando uma gestão colaborativa que transcende práticas administrativas tradicionais e promove a participação ativa de toda a comunidade escolar. Enquanto o Bem Viver, inspirado nas tradições indígenas da América Latina, propõe uma convivência harmoniosa entre indivíduos, sociedade e ambiente. Ambas as perspectivas oferecem um alicerce ético e cultural que transforma a gestão escolar em um processo coletivo voltado para o bem-estar, a sustentabilidade e a inclusão.

FOCO NA EQUIDADE, INCLUSÃO E NA EXCELÊNCIA ACADÊMICA

Esse modelo reforça a importância da equidade como elemento estruturante das políticas e ações educacionais, promovendo a participação de todos e garantindo que cada estudante tenha acesso a um aprendizado que respeite e valorize sua identidade cultural. O objetivo é apoiar a implementação e o acompanhamento de ações pedagógicas alinhadas às metas de inclusão, equidade racial e excelência acadêmica. Para isso, busca desenvolver uma cultura acolhedora e de altas expectativas de aprendizagem, promovendo uma educação antirracista e inclusiva.

A GESTÃO ESCOLAR E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Para alcançar esses objetivos, a gestão escolar deve estar voltada para a redução das desigualdades educacionais e a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo, promovendo um diálogo aberto com a comunidade escolar e com movimentos sociais. A perspectiva do Bem Viver sugere que esse diálogo se enriqueça com a solidariedade e a reciprocidade, conectando o aprendizado à vida comunitária e às questões socioambientais. A Gestão Ubuntu se alinha com os princípios da Gestão Democrática, prevista na legislação brasileira, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no sentido da garantia da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e na elaboração de projetos pedagógicos, fortalecendo a representatividade e a integração dos diferentes atores no ambiente escolar. Esse diálogo é fundamental para estimular a participação ativa dos agentes envolvidos na escola e, quando oportuno, com grupos representativos, como os movimentos negro, quilombola e indígena, na construção de projetos pedagógicos que enriqueçam a escola com perspectivas diversas e relevantes para a luta contra as desigualdades.

ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Para garantir que essas políticas sejam eficazes, é essencial investir em processos educacionais que atendam às necessidades específicas de cada grupo escolar. No contexto da nossa Escola, o Ciclo de Desenvolvimento da Escola Referência Antirracista assume papel de estruturação de ações voltadas para resultados e promovendo a corresponsabilidade de todos os envolvidos pela aprendizagem dos estudantes. Esses processos devem assegurar que os estudantes, especialmente os historicamente marginalizados, tenham acesso a um ensino de qualidade que respeite suas identidades, de forma a se buscar a interromper o ciclo de reprodução das desigualdades. A integração dos valores inspirados nas perspectivas Ubuntu e do Bem Viver nesse ciclo reforça a importância de se entender o sucesso educacional pela qualidade das relações, em vez de focar exclusivamente no desempenho quantitativo.

A GESTÃO UBUNTU NA PRÁTICA

As práticas previstas pela Gestão Democrática fornecem a estrutura necessária, mas é por meio da filosofia Ubuntu que esses mecanismos se tornam espaços vivos de diálogo, cooperação e respeito mútuo. A participação nos conselhos escolares, por exemplo, deixa de ser apenas formal e se transforma em um espaço de troca construtiva, no qual diferentes perspectivas são consideradas na tomada de decisões. Assegurar, por meio de ações e monitoramento, que todos os estudantes, especialmente os historicamente marginalizados, tenham acesso a um ensino de qualidade que respeite suas identidades. Assim, espera-se interferir para interromper o ciclo de reprodução das desigualdades, promovendo um ambiente de aprendizagem que estimule o desenvolvimento pleno dos alunos, livre de estereótipos ou preconceitos que limitem suas oportunidades de sucesso acadêmico e pessoal.

Na construção da Escola Antirracista, buscamos um modelo de gestão que valorize a coletividade, o respeito mútuo e a interdependência entre as pessoas. Foi com esse propósito que escolhemos a Filosofia Ubuntu como referência para nossa forma de organização e convivência. Ubuntu é mais do que um conceito filosófico africano – é uma maneira de viver, baseada na ideia de que **“eu sou porque nós somos”**.

Essa filosofia tem origem nos povos de língua Bantu, que habitam diversas regiões da África Subsaariana e compartilham não apenas semelhanças linguísticas, mas também uma visão de mundo pautada na coletividade. O próprio significado do termo Bantu reforça essa ideia: a palavra é formada pelo prefixo “Ba”, que indica pluralidade e significa “povos”, e “Ntu”, que significa “pessoa” ou “humano” (DJALO, 2017, p.14). Ou seja, quando falamos em Bantu, estamos falando de povos conectados entre si, que reconhecem a força da comunidade como elemento essencial para o desenvolvimento humano.

Olhando para a história, sabemos que a visão eurocêntrica tentou apagar e marginalizar os saberes africanos, associando os povos do continente a algo inferior ou primitivo (ASANTE, 2009, p. 99). Mas a Filosofia Ubuntu resiste e se fortalece, mostrando que a humanidade de uma pessoa se constrói na relação com as outras pessoas. Esse princípio foi fundamental, por exemplo, na reconstrução da África do Sul após o Apartheid, quando o Ubuntu foi usado para restaurar a dignidade e promover a reconciliação nacional (DE SANT'ANA, 2015).

Trazer o Ubuntu para a gestão da Escola Antirracista significa promover um espaço onde cada estudante, professor e funcionário seja reconhecido em sua dignidade, ancestralidade e pertencimento. Significa entender que o aprendizado acontece na troca, na escuta, na empatia e no respeito ao outro. Nossa escola não será construída por indivíduos isolados, mas por um coletivo que caminha junto, fortalecendo-se mutuamente.

Acreditamos que ninguém aprende ou ensina sozinho. O conhecimento se constrói em comunidade, e é por isso que escolhemos o Ubuntu como base da nossa escola. Queremos que cada pessoa que passe por aqui sinta que faz parte de algo maior, que sua presença importa e que o sucesso de um é o sucesso de todos.

O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR

A responsabilidade do gestor escolar é central nesse processo, envolvendo a construção de uma escola onde inclusão, equidade e diversidade permeiem todas as dimensões da vida escolar. Enquanto a filosofia Ubuntu reforça que "o sucesso individual só é alcançado plenamente por meio do progresso coletivo", o Bem Viver reforça essa visão ao valorizar o bem-estar coletivo. Esse alinhamento norteia a construção de uma cultura escolar em que vitórias são compartilhadas, e toda a comunidade se sente pertencente ao processo educativo.

DIÁLOGO E LIDERANÇA PARA A TRANSFORMAÇÃO

Para isso, é indispensável adotar uma abordagem interseccional e fomentar uma cultura de altas expectativas, reconhecendo e valorizando as diversas identidades dos estudantes. Além disso, o gestor deve promover um clima escolar positivo, monitorando continuamente o progresso dos estudantes e ajustando práticas e políticas para assegurar que as metas de equidade racial sejam alcançadas.

Nesse sentido, a liderança escolar deve atuar como facilitador de diálogos abertos e sinceros sobre questões raciais e outras questões sociais contemporâneas premente, promovendo a conscientização e o entendimento mútuo entre alunos, professores, funcionários, responsáveis e familiares. É essencial criar espaços de diálogo baseados na empatia e no respeito mútuo, princípios fundamentais que fomentem a convivência positiva e o fortalecimento dos laços comunitários. A comunicação aberta, genuína e transparente, fortalece os laços entre a escola e a comunidade, permitindo que a gestão escolar esteja em sintonia com as demandas sociais e culturais do seu

entorno. Estabelecer parcerias com organizações e grupos que promovam a justiça social e os direitos civis também é uma estratégia crucial para expandir o impacto das ações educativas.

CAMINHOS DE POSSIBILIDADES

O Modelo de Gestão Escolar Colaborativa Ubuntu para o Bem Viver inclui instrumentos e práticas específicos que organizem a atuação da equipe escolar, garantindo maior eficácia e efetividade em suas ações. A gestão democrática, amparada pela LDB, oferece a base legal para o envolvimento ativo da comunidade escolar, enquanto os valores da filosofia Ubuntu enriquecem esses processos, promovendo um ambiente inclusivo e participativo. Esses instrumentos contribuem para assegurar a aprendizagem dos estudantes e a melhoria nos resultados das avaliações, alinhando-se a uma visão clara e a valores institucionais que promovam a equidade racial e o respeito à diversidade. Dessa forma, a gestão escolar inclui de forma intencional e assertiva no seu papel pedagógico, a atuação como um agente transformador no combate às desigualdades.

Esse modelo de Gestão Colaborativa está em consonância com as políticas educacionais brasileiras voltadas para a promoção da igualdade racial e para a educação antirracista. Conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, esse modelo valoriza as relações étnico-raciais na prática pedagógica cotidiana e sistemática e promove a implementação de ações que combatam o racismo e a discriminação. A aplicação do modelo Ubuntu representa uma resposta efetiva às desigualdades sociais que afetam diretamente a comunidade escolar, promovendo caminhos onde todos avançam juntos, conectados pela empatia, pela justiça e pelo sonho compartilhado, onde o "Bem Viver" é alcançado por meio da coletividade.

A HERANÇA CULTURAL AFRICANA NO BRASIL

O modelo de gestão Ubuntu também celebra e valoriza a herança africana no Brasil, com destaque para a contribuição dos povos Bantu, que desempenharam um papel significativo na formação da identidade cultural do país. Sua influência cultural, espiritual e social se manifesta em tradições religiosas afro-brasileiras, como o Candomblé Angola e a Umbanda, e nas casas de matriz africana, que se consolidam como símbolos de resistência e preservação cultural. Esse reconhecimento enriquece o ambiente escolar ao promover a valorização das identidades culturais dos estudantes e da comunidade, elemento central na construção de uma escola antirracista.

A filosofia Ubuntu, originária das culturas africanas, especialmente da etnia Bantu, teve grande impacto no Brasil, já que muitos de seus membros foram trazidos forçadamente durante o período escravocrata. Os Bantus possuíam vasto conhecimento em práticas agrícolas e trouxeram consigo tradições

religiosas, como o culto aos inquices, que influenciaram religiões afro-brasileiras como o Candomblé Angola e a Umbanda. Embora o culto aos orixás esteja mais associado às tradições iorubás e jejes, todas essas contribuições refletem a riqueza da herança africana no Brasil.

Uma das evidências mais marcantes dessa herança cultural são as casas de matriz africana. No Rio Grande do Sul, há um número expressivo dessas casas registradas, o que demonstra a força e a resistência das culturas africanas nesse estado. Estados como Bahia e Rio de Janeiro também se destacam nesse aspecto, evidenciando a presença marcante dessas tradições em todo o território nacional.

A PERSPECTIVA DO BEM VIVER

Complementando a abordagem Ubuntu, o conceito de Bem Viver, inspirado nas tradições dos povos indígenas da América Latina, como os andinos e amazônicos, destaca a importância de viver em conexão com a comunidade e o ambiente, entendido no sentido amplo de contemplar os diversos ecossistemas humanos e não humanos. Expressa em línguas como o kichwa (sumak kawsay) e o aymara (suma qamaña), essa perspectiva propõe um modo de vida centrado no bem-estar coletivo, na sustentabilidade e na valorização da diversidade cultural, social e ambiental.

A perspectiva do Bem Viver sugere uma convivência baseada na solidariedade, reciprocidade e respeito mútuo entre os indivíduos, a sociedade e o ambiente. Ela desafia a ideia de progresso focado exclusivamente no crescimento quantitativo e econômico e propõe que o desenvolvimento seja medido pela qualidade das relações humanas e pelo equilíbrio com o meio, colocando o bem-estar coletivo como prioridade.

No contexto educacional, essa perspectiva inspira a escola como um espaço de acolhimento e aprendizado coletivo, onde a vida comunitária é valorizada por meio da cooperação e da complementaridade. A educação, nesse sentido, vai além da transmissão de conhecimentos: torna-se um instrumento de construção de relações mais humanas, justas e solidárias, conectadas aos desafios contemporâneos.

Enraizada na sabedoria ancestral dos povos indígenas, a visão do Bem Viver oferece uma alternativa poderosa para repensar os paradigmas educacionais e os modelos de desenvolvimento, favorecendo a se pensar em um projeto de nação onde todos estejam incluídos de forma justa.

Segundo M^a Cristina G. Rachel Gouvea e Suely Rolnik:

Implementar o Bem Viver, no entanto, requer tempo, engajamento coletivo e práticas sociais e ambientais sustentáveis cotidianas e sistemáticas que integrem aprendizado e convivência como processos transformadores.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO MODELO DE GESTÃO UBUNTU

O modelo de gestão escolar se estrutura nos seguintes valores e práticas:

- **Trabalho coletivo:** Incentivo à participação ativa de toda a comunidade escolar em decisões estratégicas e ações educacionais, promovendo o senso de corresponsabilidade.
- **Acolhimento:** Criação de um ambiente respeitoso, seguro e inclusivo, que valorize a diversidade como um recurso essencial para o desenvolvimento humano.
- **Liderança servidora:** Foco em lideranças que atuem como facilitadoras do crescimento coletivo, guiadas pelo compromisso com a justiça social e a equidade.
- **Tomada de decisões participativa:** Inclusão democrática de todos os membros da escola no processo de definição de metas, prioridades e ações, garantindo que as decisões reflitam os anseios da comunidade escolar.

LIDERANÇA SERVIDORA

A liderança servidora é uma abordagem de liderança que prioriza o bem-estar, o desenvolvimento e o empoderamento das pessoas, fundamentando-se nos valores de colaboração, empatia e coletividade. Esse modelo propõe que o papel do líder é, acima de tudo, servir e apoiar os outros para que possam alcançar seu pleno potencial. A liderança servidora valoriza a escuta ativa, a tomada de decisões participativa e o acolhimento, promovendo um ambiente no qual cada indivíduo se sinta respeitado, incluído e valorizado. O líder servidor atua como um facilitador, estimulando o crescimento intelectual, emocional e social da comunidade, enquanto constrói relações baseadas na confiança, no respeito mútuo e na transparência. Alicerçada na humildade e na ética, essa abordagem reconhece que o verdadeiro progresso só é possível por meio do esforço coletivo, refletindo a filosofia Ubuntu, que afirma que “o sucesso individual só é pleno quando todos avançam juntos.”

PROPÓSITOS E IMPACTOS ESPERADOS

O modelo de gestão Ubuntu para o Bem Viver busca promover uma educação de qualidade, inclusiva e integral, tendo como objetivos principais:

- **Melhoria dos indicadores educacionais:** Alcançar avanços consistentes no aprendizado e no fluxo escolar.
- **Bem-estar físico e emocional:** Garantir que o ambiente escolar priorize a saúde e a segurança de todos os participantes.

→ **Transformação social:** Fazer da escola um espaço que reflita os valores de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

→ **Respeito às diferenças:** Consolidar uma cultura escolar que valorize a diversidade e promova a equidade.

O modelo de Gestão Escolar Colaborativa Ubuntu para o Bem Viver fundamenta-se em valores sólidos e ações estratégicas que integram princípios éticos, práticas pedagógicas e instrumentos de planejamento e avaliação. Para assegurar a sua eficácia, esse modelo é estruturado em componentes fundamentais que orientam sua aplicação no dia a dia da escola, conectando a filosofia Ubuntu e a perspectiva do Bem Viver com as necessidades e demandas práticas da gestão escolar. Esses componentes formam a base que permite transformar a teoria em ações concretas e resultados significativos.

CONSTRUINDO AMBIENTES E RELAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA UM PROJETO DE NAÇÃO

A adoção do modelo Ubuntu na gestão escolar se coloca como um instrumento poderoso para a construção de ambientes e processos pedagógicos para um projeto de nação equitativo e inclusivo. Inspirado no pensamento da intelectual Petronilha Beatriz Gonçalves, o modelo convida gestores, professores, estudantes e toda a comunidade escolar a refletirem: “O ensino que promovemos e as relações que estabelecemos estão contribuindo para que tipo de sociedade?” Essa pergunta fundamental guia a construção de ambientes e relações que busquem moldar um país onde todos se sintam representados, contemplados e participantes. Dessa forma, destaca-se:

→ **Fortalecimento da convivência:** Ao promover decisões inclusivas e colaborativas, cria-se um ambiente escolar mais harmonioso e participativo.

→ **Construção do futuro:** O modelo incentiva uma reflexão contínua sobre o tipo de sociedade que desejamos, moldando um futuro mais justo e solidário.

→ **Empoderamento da comunidade escolar:** Democratizando os processos decisórios, o modelo reforça o protagonismo e o senso de pertencimento de todos os envolvidos.

A escola, nesse contexto, construir ativamente um projeto de nação inclusivo e plural, onde a história e a cultura dos diferentes povos que constituem a sociedade brasileira são não apenas ensinadas, mas vividas e debatidas como parte essencial do processo educativo.

“Que projeto de sociedade estamos educando para construir?”

Essa é uma pergunta provocadora para orientar as ações pedagógicas, as relações interpessoais e as práticas institucionais.

REFERÊNCIAS

14

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

ASANTE, M. K. The African Pyramids of Knowledge: Kemet, Afrocentricity and Africana Studies. Brooklyn: Universal Write Publications, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP 003/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 14, de 11 de novembro de 2015. Trata das Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na educação básica em decorrência da Lei nº 11.645/2008. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BONILLA-SILVA, Eduardo. Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América. São Paulo: Perspectiva, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Zahar, 2023.

CARNEVALLI, Felipe; REGALDO, Fernanda; LOBATO, Paula; MARQUEZ, Renata. Terra: antologia afro-indígena. [S. l.]: Ubu Editora, 2023.

CAVALCANTE, Kellison Lima. Fundamentos da filosofia Ubuntu: afroperspectivas e o humanismo africano. Revista Semiárido De Visu, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 52, 2020. DOI: 10.31416/rsdv.v8i2.52.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Suzane Lima; XUCURU-KARIRI, Rafael (orgs.). Cartas para o bem viver. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros, arte e café, 2020.

CUNHA, E. L. Filosofia Africana: uma introdução ao pensamento de Mogobe Ramose. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DAVID, Emiliano de Camargo. Saúde Mental e Relações Raciais: Desnorreamento, Aquilomboaço e Antimanicomialidade (Palavras negras). São Paulo: Editora Perspectiva, 2024.

DE SANT'ANA, G. Ubuntu: Justiça Restaurativa e Cultura de Paz. São Paulo: Annablume, 2015.

DJALO, F. Bantu: Filosofia, Educação e Cultura Africana. Lisboa: Universitária Editora, 2017.

FERNANDES, Lygia de Oliveira. Sobre vivências negras, ressignificações e produções de sentidos: valores civilizatórios afro-brasileiros e suas potencialidades emancipatórias nos espaços e tempos da escola. Revista Aleph, Niterói, v. 1, n. 1, p. 1-23, jun. 2014.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 50. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2021.

GADOTTI, Moacir. Educação Integral e Tempo Integral. In: _____. Educação Integral no Brasil: inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. p. 21-42.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GOMES, O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. O desafio da diversidade. In: GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petronilha (Orgs.). Experiências étnico-raciais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante Editora, 2021.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. São Paulo: Editora Cobogó, 2020.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. A Terra pode nos deixar para trás e seguir o seu caminho. Entrevista concedida a Anna Ortega. Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 1-11, nov. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/ailton-krenak-a-terra-pode-nos-deixar-para-tras-e-seguir-o-seu-caminho/>. Acesso em: 9 jan. 2025.

KRENAK, Ailton. Caminhos para a cultura do Bem Viver. Organização: Bruno Maia, 2020. Disponível em: <https://www.biodiversidadla.org/Recomendamos/Caminhos-para-a-cultura-do-Bem-Viver>. Acesso em: 9 jan. 2025.

LOPES, Nei. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. Filosofias africanas: uma introdução. [S. l.]: Editora Civilização Brasileira, [s.d.].

LOUW, D. J. Ubuntu and the Challenges of Multiculturalism in Post-Apartheid South Africa. Cape Town: University of Stellenbosch, 2010.

MUNANGA, Kabengele. O mundo e a diversidade: questões em debate. Estudos Avançados 36 (105), 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7dxnhTYxMskypKpS6FcW98L/?format=pdf>

NGOMANE, Mungi. Ubuntu todos os dias: eu sou porque nós somos. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. [S. l.]: Best Seller, 2022.

NUSSBAUM, B. African Culture and Ubuntu: Reflections of a South African in America. World Business Academy, v.17, n. 1, 2003.

RAMOSE, Mogobe B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009. p. 135.

RAMOSE, M. B. African Philosophy through Ubuntu. Harare: Mond Books, 2002.

RAMOSE, M. B. The Philosophy of Ubuntu and Ubuntu as a Philosophy. Pretoria: University of South Africa, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. Núcleo de Educação Integral. Guia do Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral. Porto Alegre, 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio. Porto Alegre: Secretaria de Educação Básica, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. Núcleo de Educação Integral. Guia do Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral. Porto Alegre, 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.705/2015. Plano Estadual de Educação – PEE.
RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Plano estadual de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e das culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas. [Coordenação]: Adriana Conceição Santos dos Santos, Lúcia Regina Brito Pereira, Rodrigo Allegretti Venzon. Porto Alegre, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Referencial Curricular Gaúcho. 2018. Disponível em: <https://h-curriculo.educacao.rs.gov.br/Sobre/Index>. Acesso em: 9 jan. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. Material de Apoio ao EMG: Metodologias Ativas. Porto Alegre: SEDUC-RS, [s.d.]. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1tJ6MrpQmPpknosYegeXvq9FjEkEYMF-I/view>. Acesso em: 10 jan. 2025.

RIOS, Flávia M.; RATTIS, Alex; SANTOS, Márcio André dos (org.). Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas. São Paulo: Perspectiva, 2023.
SANTOS, Antônio Bispo dos; PEREIRA, Santídio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SILVA, Petronilha B. G. e. Diversidade étnico-racial e currículos escolares – dilemas e possibilidades. Cadernos CEDES, Campinas, n. 32, p. 25-34, 1993.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Entrevista online concedida à Professora Wilma Coelho. Entrevista com a Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, 12 de abril, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2595-7716.2020v3n1p12-28>.

TRINDADE, Azoilda. Valores e referências afro-brasileiras. In: Saberes e fazeres, v. 3: modos de interagir. Coordenação do projeto Ana Paula Brandão. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). Educação Intercultural na América Latina, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

Oo *fut*ur nos vive.



GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO